



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO**

PAE nº: 10.355/2024

**Documento de Formalização da Demanda**

## 1 Identificação da Demanda

### 1.1 Título

Aquisição de copo de plástico biodegradável para fornecimento ao público externo nas Unidades da Justiça Eleitoral.

### 1.2 Unidade Demandante

<b>Unidade</b>	CSM - Coordenadoria de Serviços e Materiais	<b>Data</b>	13/06/2024
<b>Responsável pela demanda</b>	Guilherme Augusto Delbem		

### 1.3 Vinculação ao Plano Anual de Contratações

Item do plano: 21 - Materiais de copa e cozinha

### 1.4 Valor Estimado

R\$4.424,00

## 2 Contexto

### 2.1 Motivação

O copo descartável será utilizado exclusivamente pelo público externo na Sede do TRE-SC e Zonas Eleitorais.

Requisitado pelas Unidades, será fornecido pelo depósito da Seção de Almoxarifado.

Após análise visando o gerenciamento do saldo do referido produto, observou-se que o nível do estoque se apresenta em ponto de pedido. Assim, para manter o atendimento continuado aos setores, se faz necessária nova aquisição.

### 2.2 Resultados Esperados

Esta contratação objetiva manter o fornecimento de copos descartáveis ao público externo da Justiça Eleitoral.

### 2.3 Alinhamento Estratégico

OEPI2 e SGP3

**2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?**

Menos de 1 ano  De 1 a 3 anos  Mais de 3 anos

**2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas**

1 unidade  2 unidades  3 unidades  Mais de 3 unidades

**3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação**

<b>Nome do Servidor (titular)</b>	Marcelo Osni Santos
<b>Telefone</b>	98826-0034
<b>E-mail</b>	mos@tre-sc.jus.br
<b>Nome do Servidor (substituto)</b>	Eduardo Luis Fávero Arend
<b>Telefone</b>	
<b>E-mail</b>	earend@tre-sc.jus.br

**4 Unidade Técnica**

SEA - Seção de Almoxarifado



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Necessidade da contratação

O material de copa e cozinha deste Estudo Técnico Preliminar, copo descartável, será utilizado exclusivamente pelo público externo na Sede do TRE-SC e Zonas Eleitorais.

Uma vez requisitado pelas Unidades, será fornecido pelo depósito da Seção de Almoxarifado.

Após análise visando o gerenciamento do saldo do referido produto, observou-se que o nível do estoque se apresenta em ponto de pedido. Assim, para manter o atendimento continuado aos setores, se faz necessária nova aquisição.

### 2. Alinhamento da contratação

#### 2.1. Plano de Contratações Anual

O Plano de Contratações Anual contempla a solução a ser contratada no Anexo I, item 21, Material de Copa e Cozinha.

#### 2.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito entre o objeto a ser adquirido com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC. Pelo contrário, a presente contratação visa adquirir um produto que cause menos impacto ao meio ambiente, através de plástico biodegradante com rápida decomposição. Compreende matéria prima cujas fontes são renováveis e não degradam a natureza.

#### 2.3. Outros instrumentos

Esta contratação objetiva manter o fornecimento de copos descartáveis ao público externo da Justiça Eleitoral.

Alinhamento estratégico do Plano de Contratações: OEPI2 e SGP3.

### 3. Requisitos da contratação

Copo descartável

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Fabricado em plástico com adição de substância biodegradante, com capacidade de 180ml, na cor cristal ou esverdeado	Aquisição de produto descartável visando o menor impacto ambiental
	Copo com biodegradação inicial em dois anos após contato com o solo, resultando em biomassa. Decomposição sem sobras de resíduos inorgânicos	
	Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no depósito do Almoxarifado do TRE-SC.	Possibilitar o armazenamento e a distribuição às Unidades durante o prazo de validade do produto



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 4. Levantamento de mercado

#### 4.1. Análise das alternativas possíveis

Dentre as opções de copos descartáveis para o público externo da Justiça Eleitoral, em especial para o atendimento aos eleitores nos Cartórios Eleitorais, buscou-se um produto que apresentasse o menor impacto ambiental.

Comparativamente ao copo comum de poliestireno, extremamente poluente, fornecido até o ano de 2016 pelo Almoxarifado, um copo biodegradável, que rapidamente se decompõe sem gerar microplásticos (nocivos aos oceanos), se mostrou uma ótima alternativa.

A partir de 2017, com o Plano de Logística Sustentável em vigor e campanhas de conscientização, teve início o fornecimento de copos de vidro e canecas de porcelana reutilizáveis aos servidores da Justiça Eleitoral. Em paralelo, até o ano de 2022, houve o fornecimento de copos do tipo envelope ao público externo, composto de 87% celulose e 13% polietileno degradável. Desta forma, houve redução significativa no consumo e na produção de resíduos. Todavia, o formato e capacidade de 85ml do copo tipo envelope não teve muita aceitação, que se caracterizava como um objeto para beber água de difícil manuseio.

A solução proposta atualmente, ou seja, de um copo produzido com substância biodegradante, cuja decomposição não produzirá partículas inorgânicas, com tamanho e formato funcionais, se apresenta a melhor escolha.

#### 4.1.1. Soluções disponíveis no mercado

<b>Produto – item 1</b>	<b>Copo plástico biodegradável</b>
<b>Fornecedor</b>	Kalunga
<b>Descrição</b>	Copo plástico descartável Biodegradável,180ml, PP, CFB180, Copobras - CX 2500 UN
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 5,90 - valor unitário de um cento
<b>Observações</b>	Pesquisa realizada em 12/06/2024: <a href="https://www.kalunga.com.br/prod/copo-plastico-descartavel-biodegradavel-180ml-pp-cfb180-copobras-cx-2500-un/206036?cq_src=google_ads&amp;cq_cmp=17963792319&amp;cq_con=&amp;cq_term=&amp;cq_med=pla&amp;cq_plac=&amp;cq_net=x&amp;cq_pos=&amp;cq_plt=gp&amp;pcID=3921&amp;gad_source=1&amp;gclid=CjwKCAjwjqWzBhAqEiwAQmtgT8Z2Ln_CiK06idyDIRgiZRDcgISXk5m55Cqrcpb-IYxV5fuRxW_sxoCOTQQAvD_BwE">https://www.kalunga.com.br/prod/copo-plastico-descartavel-biodegradavel-180ml-pp-cfb180-copobras-cx-2500-un/206036?cq_src=google_ads&amp;cq_cmp=17963792319&amp;cq_con=&amp;cq_term=&amp;cq_med=pla&amp;cq_plac=&amp;cq_net=x&amp;cq_pos=&amp;cq_plt=gp&amp;pcID=3921&amp;gad_source=1&amp;gclid=CjwKCAjwjqWzBhAqEiwAQmtgT8Z2Ln_CiK06idyDIRgiZRDcgISXk5m55Cqrcpb-IYxV5fuRxW_sxoCOTQQAvD_BwE</a>

#### 4.1.2. Contratações públicas similares

<b>Produto item 1</b>	<b>Copo plástico biodegradável</b>
<b>Instituição Pública</b>	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE JACAREI
<b>Fornecedor</b>	SALES DISTRIBUIDORA LTDA.
<b>Descrição</b>	COPO BIODEGRADÁVEL PARA ÁGUA 180ML CAIXA COM 2500 UNIDADES
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 5,15 – valor unitário de um cento
<b>Observações</b>	Produto consultado no site banco de preços



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 4.2. Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Conforme demonstrado no item 4.1 – na avaliação das alternativas possíveis no mercado, entende-se que a especificação do copo biodegradável proposta neste Estudo Técnico Preliminar é uma solução técnica e economicamente viável. O produto, comum no mercado, apresenta baixo custo de aquisição e vem sendo distribuído há um ano pelo depósito do Almoarifado às Unidades no TRE-SC e Zonas Eleitorais.

### 5. Descrição da solução

**Item 01 - Copo descartável biodegradável**, fabricado em plástico com adição de substância biodegradante, com capacidade de 180ml, na cor cristal ou esverdeado. Copo com biodegradação inicial em dois anos após contato com o solo, resultando em biomassa. Decomposição sem sobras de resíduos inorgânicos. Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no depósito do Almoarifado do TRE-SC.

### 6. Estimativas de quantidades

A quantidade prevista do consumo dos copos descartáveis foi calculada com base nas requisições atendidas pelo Almoarifado, observando o fornecimento dos últimos 12 meses.

**Item 1 - Copo descartável biodegradável – 800 centos**

### 7. Vigência da contratação

A Contratação terá vigência a partir da emissão da Nota de Empenho até o recebimento definitivo do objeto.

### 8. Estimativa do valor da contratação

Para estimar o valor da presente contratação foi considerada a média de preços das soluções disponíveis no mercado e das contratações públicas similares:

MATERIAL	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL
01 – Copo biodegradável	R\$ 5,53	800 centos	R\$ 4.424,00

### 9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

A adjudicação deverá ser por item, não cabendo parcelamento, uma vez que deve se resguardar a economia de escala. Quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser seu custo.

### 10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Objetiva-se a aquisição de copos plásticos descartáveis para fornecimento ao público externo nas Unidades da Justiça Eleitoral.

### 11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Última contratação de mesmo objeto: PAE n. 60.421/2023 – Pregão n. 020/2023

### 13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

As medidas mitigadoras para reduzir o impacto ambiental da presente contratação compreendem:

- realizar o descarte ambientalmente correto dos materiais; e
- atender de forma controlada os materiais requisitados ao Almoarifado, observando o histórico de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

consumo da Unidade.

### **14. Análise de riscos**

Não preenchido em razão do valor estimado desta contratação.

### **15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação**

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos técnicos preliminares, a equipe de planejamento considera adequada a contratação do material para a finalidade a que se destina. O quantitativo estimado é necessário para suprir a demanda de consumo da Justiça Eleitoral.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Aquisição de copo de plástico biodegradável para fornecimento ao público externo nas Unidades da Justiça Eleitoral.

### 2. Fundamentação da Contratação

O Documento de Formalização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares constam relacionados no PAE n. 10.355/2024.

### 3. Descrição da solução

ITEM 01 - **Copo descartável biodegradável**, fabricado em plástico com adição de substância biodegradante, com capacidade de 180ml, na cor cristal ou esverdeado. Copo com biodegradação inicial em dois anos após contato com o solo, resultando em biomassa. Decomposição sem sobras de resíduos inorgânicos. Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no depósito do Almoxarifado do TRE-SC.

#### 3.1. Estudos Técnicos Preliminares

Documento juntado no PAE n. 10.355/2024.

#### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Marca Copobrás, modelo CFB180, código 201816

A marca e código de referência citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, será aceito pela Administração, sem restrições, **produto similar ao indicado**, que detenha as especificações daquele).

#### 3.3. Códigos SIASG

Item 01 – 612.245

### 4. Requisitos da contratação

Copo descartável

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Fabricado em plástico com adição de substância biodegradante, com capacidade de 180ml, na cor cristal ou esverdeado	Aquisição de produto descartável visando o menor impacto ambiental
	Copo com biodegradação inicial em dois anos após contato com o solo, resultando em biomassa. Decomposição sem sobras de resíduos inorgânicos	



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
	Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no depósito do Almoxarifado do TRE-SC.	Possibilitar o armazenamento e a distribuição às Unidades durante o prazo de validade do produto

### 5. Modelo de execução do objeto

Os materiais deverão ser entregues no depósito do Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13 às 19h.

#### 5.1. Prazos

**Prazo de entrega:** deverá ser de, no máximo, **15 (QUINZE) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

**Prazo de substituição:** após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

**Prazo de garantia:** após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.

#### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os materiais deverão ser entregues no depósito multiuso do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na área do Almoxarifado. Endereço: Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, Município de Palhoça, SC.

#### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

Os produtos serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade do material segundo as especificações constantes no item 3 – Descrição da Solução.

Será feita a contagem do quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas, e, não sendo possível verificar item a item, a conferência se dará por amostragem.

No caso de fornecimento de amostra pelo licitante, será verificado no ato do recebimento, se o produto entregue no depósito do Almoxarifado é da mesma marca, código, referência ou modelo do produto aprovado.

Prazos para recebimento do material:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

#### 5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.5. Garantia do objeto

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.

### 5.6. Vigência da contratação

A Contratação terá vigência a partir da emissão da Nota de Empenho até o recebimento definitivo do objeto.

### 5.7. Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
- b) promover, por meio da Equipe Gestora indicada no item 6.2, a gestão da contratação, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.
- c) efetuar o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

### 5.8. Obrigações da Contratada

- a) fornecer os produtos nos prazos e demais condições estipuladas na proposta;
- b) entregar os produtos no Almojarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
  - b.1) o prazo de entrega: deverá ser de, no máximo, **15 (QUINZE) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;
- c) após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias;
- d) estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata a alínea "c", não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- e) em caso de substituição de produto, conforme previsto na alínea "c", correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;
- f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e
- g) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 5.11. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 6. Modelo de gestão do contrato

#### 6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

	<b>Titular ou substituto das unidades</b>
Gestor da contratação	Seção de Almoxarifado
Fiscal técnico	Seção de Almoxarifado
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

### 6.3. Instrumentos Formais



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Será emitida nota de empenho em favor da empresa vencedora, onde estará detalhado o produto, seus valores e o respectivo prazo de entrega.

### **6.4. Acompanhamento do Contrato**

O acompanhamento do contrato será feito pela equipe indicada no item 6.2.

### **6.5. Alocação de riscos**

Não se aplica a esta contratação.

### **7. Critérios de medição e de pagamento**

Não se aplica a esta contratação.

### **8. Reajuste ou repactuação**

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

### **9. Forma e critérios de seleção do fornecedor**

#### **9.1. Parcelamento e adjudicação**

A adjudicação deverá ser por item, não cabendo parcelamento, uma vez que deve se resguardar a economia de escala. Quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser seu custo.

#### **9.2. Seleção do fornecedor**

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

Além da marca do produto, os licitantes deverão informar, quando houver, sua **referência, código ou modelo**.

Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações da marca indicada na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pelo fabricante de que possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

O produto da marca, modelo e código de referência citado não necessita de amostra, pois atende ao solicitado.

##### **9.2.1. Critérios de habilitação**

Não há requisitos específicos de qualificação técnica e econômico-financeira.

##### **9.2.2. Critérios de preferência e de desempate**

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

##### **9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os materiais pretendidos são bens comuns, oferecidos por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

### 10. Estimativas do valor da contratação

Para estimar o valor da presente contratação foi considerada a média de preços das soluções disponíveis no mercado e das contratações públicas similares:

MATERIAL	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL
01 – Copo biodegradável	R\$ 5,53	800 centos	R\$ 4.424,00

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

O Plano de Contratações Anual contempla a solução a ser contratada no Anexo I, item 21, Material de Copa e Cozinha.

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito entre o objeto a ser adquirido com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC. Pelo contrário, a presente contratação visa adquirir um produto que cause menos impacto ao meio ambiente, através de plástico biodegradante com rápida decomposição. Compreende matéria prima cujas fontes são renováveis e não degradam a natureza.

#### 11.3. Outros instrumentos

Esta contratação objetiva manter o fornecimento de copos descartáveis ao público externo da Justiça Eleitoral.

Alinhamento estratégico do Plano de Contratações: OEPI2 e SGP3.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
Item 21 – Plano de Contratações – Material de Copa e Cozinha	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.30.21	R\$ 54.250,00
Estimativa de custo da presente contratação			R\$ 4.424,00

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.